



**ACÓRDÃO Nº149/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11359/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Manicoré.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Bernardino José Lindoso Neto (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5215/2021-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Manicoré. Exercício de 2018.

*Irregularidade. Multa. Determinação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Bernardino José Lindoso Neto**, Presidente da Câmara Municipal de Manicoré, exercício de 2018, nos termos do art. 22, III, alínea "b", da Lei n.º 2.423/96-LOTCE/AM c/c art. artigo 188, §1º, inciso III, alínea "b", da Resolução n.º 04/2002- RITCE/AM, em razão da permanência das Restrições nºs 1: 1.1, 1.2, 1.3, 1.4; 2: 2.2, 2.3-a, 2.4-a e 2.5.

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Bernardino José Lindoso Neto**, Presidente da Câmara Municipal de Manicoré, no valor **R\$16.000,00** (dezesesseis mil reais), em razão de ato praticado com grave infração à norma legal, nos termos do art. 54, VI, da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, pela permanência das Restrições nºs 2: 2.2, 2.3-a, 2.4-a e 2.5, como não sanadas, e fixar **prazo de 60 (sessenta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da



**ACÓRDÃO Nº149/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Aplicar Multa ao Sr. Bernardino José Lindoso Neto**, Presidente da Câmara Municipal de Manicoré, no valor de **R\$5.120,40** (cinco mil, cento e vinte reais e quarenta centavos), referentes ao atraso na remessa e publicação do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 1º, 2º e 3º quadrimestre/2018 (**R\$1.706,80 x 3**), nos termos do art. 54, inciso I, alínea “c”, da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 308, inciso I, alínea “c”, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, em razão da permanência das Restrições n.ºs 1: 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, como não sanadas, e fixar prazo de 60 (sessenta) dias para que o responsável recolha o valor da multa na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;



**ACÓRDÃO Nº149/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.4. Determinar** à atual Administração, sob pena das contas de o próximo exercício serem julgadas irregulares, nos termos do artigo 188, inciso III, alíneas “b” e “e”, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, que:

**10.4.1.** Observe e cumpra com rigor a legislação quanto a prazos de remessa e publicação de informações no Sistema GEFIS;

**10.4.2.** Mantenha atualizado o Portal da Transparência em obediência aos arts. 48, 55, §2º, da Lei Complementar n.º 101/00;

**10.4.3.** Promova a criação de lei com a previsão dos subsídios para o exercício atual, em conformidade com o que determina a Constituição Federal.

**10.4.4.** Mantenha os processos de licitação e pagamentos organizados e devidamente assinados.

**10.5. Determinar** ao Órgão Técnico que verifique a correção das falhas apontadas na próxima inspeção *in loco*.

**10.6. Dar ciência** ao **Sr. Bernardino José Lindoso Neto**, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão do que for adotado pelo colegiado para que tome ciência do decisório.

**11- Ata:** 7ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 8 de Março de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**

Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral